REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Assinado por : **PEDRO MANUEL MENDONÇA DAS NEVES**
Num. de Identificação: BI095737235
Data: 2021.07.20 11:12:55+00'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

AJUSTE DIRETO N.º 11/DRAM/2021 PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A AÇÃO PILOTO "PROGRAMA DE OBSERVAÇÃO DE MEGAFAUNA A BORDO DE EMBARCAÇÕES DE TRÁFEGO LOCAL" PARA IMPLEMENTAR A MONITORIZAÇÃO REGULAR DE ESPÉCIES COSTEIRAS E MARINHAS, CONTEMPLADA NA ACÇÃO C9 NO ÂMBITO DO PROJETO LIFE IP AZORES NATURA (LIFE17 IPE/PT/000010)

AO ABRIGO DO DISPOSTO NO REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES APROVADO PELO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29 DE DEZEMBRO E DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

VOLUME II - CADERNO DE ENCARGOS

julho 2021

INDICE

Capítulo I **4**
Disposições Gerais **4**
Objeto **4**
Disposições por que se rege a aquisição de serviços **4**
Âmbito da aquisição de serviços **5**
Capítulo II **6**
Obrigações do contraente público **6**
Preço contratual **6**
Condições de pagamento **6**
Elementos a facultar ao cocontratante **7**
Capítulo III **8**
Obrigações do cocontratante **8**
Obrigações do cocontratante **8**
Prazo de aquisição dos serviços **8**
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato **9**
Transferência da propriedade **9**
Esclarecimentos de dúvidas **10**
Patentes, licenças e marcas registadas **10**
Dever de Sigilo **10**
Prazo do dever de sigilo **11**
Proteção dados pessoais **11**
Capítulo IV **11**
Da execução do contrato **11**
Gestor do Contrato **11**
Acompanhamento dos serviços **11**
Modificação objetiva do contrato **12**
Capítulo V **12**
Penalidades contratuais e Resolução do contrato **12**
Penalidades Contratuais **12**

Força maior **13**
Resolução do contrato pelo contraente público **14**
Resolução do contrato pelo cocontratante **14**
Capítulo VI **15**
Caução e Seguros **15**
Caução **15**
Seguros **15**
Capítulo VII **16**
Resolução de litígios **16**
Foro competente **16**
Capítulo VIII **16**
Disposições Finais **16**
Deveres de colaboração recíproca e informação **16**
Cessão da posição contratual e subcontratação **16**
Comunicações e notificações **17**
Contagem dos prazos **17**
Legislação aplicável **17**
ANEXO I - Avaliação de Impactes Socio-Económicos | Inquérito a Fornecedores **18**
ANEXO II – Protocolo de observadores de megafauna a bordo de embarcações de tráfego local **. 20**

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de serviços para a ação piloto "Observação de megafauna a bordo de embarcações de tráfego local" para dar resposta às necessidades de monitorização de espécies costeiras e marinhas, contemplada na ação C9 no âmbito do projeto LIFE IP AZORES NATURA (LIFE17 IPE/PT/000010).

Cláusula 2.ª

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

1. A execução do contrato obedece:

a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o contraente público e o cocontratante;

Por contraente público entende-se a Região Autónoma dos Açores/Secretaria Regional do Mar e das Pescas (SRMP) – Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM).

Por cocontratante entende-se a entidade que realiza a aquisição de serviços em referência.

b) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante «CCP», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 31/2010 de 14 de dezembro e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, retificado pela Declaração n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, pela Declaração n.º 42/2017, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio;

c) Ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril, que aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores;

d) À restante legislação portuguesa e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita a prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, previdência social, segurança no trabalho;

e) Às Regras da arte.

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

a) O Clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

b) Os suprimentos dos erros e das omissões identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;

c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

d) O caderno de encargos;

e) A proposta adjudicada;

f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante;

g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3. Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o cocontratante obrigado ao pontual cumprimento de tudo o demais que se encontrar em vigor e que se relacione com os serviços a realizar.

4. Além dos documentos normativos indicados neste caderno de encargos, o cocontratante obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável aos serviços a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou detentoras de patentes.

5. O contraente público pode, em qualquer momento, exigir ao cocontratante a comprovação do documento das disposições regulamentares e normas aplicáveis.

6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

7. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Âmbito da aquisição de serviços

Com a presente aquisição de serviços pretende-se dar resposta às necessidades de monitorização de espécies costeiras e marinhas, contempladas na ação C9 do Projeto LIFE IP Azores Natura, cujo principal objetivo é o de implementar ações de conservação/gestão de mamíferos marinhos, tartarugas e aves marinhas, nomeadamente na avaliação de estimativas de abundância de tartaruga-verde e de métodos de baixo custo para estimativa da abundância e distribuição de cetáceos e aves marinhas no mar dos Açores. Os resultados obtidos com a operacionalização deste serviço contribuirão para a acção A3, que diz respeito ao enriquecimento das bases de dados marinhas WebGIS da Rede Natura 2000, bem como, para a ação A4.2 que pretende designar uma nova área Rede Natura offshore e desenvolver legislação específica para as atividades económicas marinhas, concretamente no sector dos transportes. Complementará também as propostas de redefinição das áreas marinhas protegidas existentes, enquadradas na sub-ação C10.3, potenciando a proposta de novos sítios para a proteção da megafauna costeiros e offshore da Rede Natura 2000. Este protocolo permitirá, também, a integração das políticas da Rede Natura com o transporte marítimo,

no âmbito da ação C16. Por fim, permitirá a monitorização dos habitats das espécies de megafauna e dos problemas de conservação associados, em resposta às obrigações de reporte de várias diretivas (Diretiva-Quando Estratégia Marinha, Diretiva Aves e Diretiva Habitats), complementando a sub-ação D5.2.

Por forma a melhor compreender a abundância e distribuição das espécies alvo, o uso do habitat por parte destes indivíduos, e de possíveis interações com tráfego marítimo, a aquisição deste serviço irá promover uma melhor capacidade de reportar os dados recolhidos, implementando e adaptando protocolos de monitorização já estabelecidos em outras regiões. Esta ação permitirá ter uma melhor compreensão das restrições ecológicas das espécies alvo, bem como aferir possíveis ameaças a que estas espécies podem estar a ser sujeitas.

Capítulo II

Obrigações do contraente público

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1. A aquisição de serviços a contratar tem como parâmetro base quanto ao preço o valor máximo de **19.999,00€ (dezanove mil, novecentos e noventa e nove euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação, seguros e deslocação de meios humanos, comunicações, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

1. Os pagamentos serão repartidos durante a fase de execução de contrato, nos seguintes termos:

a) Com a entrega do protocolo de formação, e até 30 dias após a ação de formação aos observadores, será pago o montante correspondente a 30% do preço contratual;

b) Com a entrega de relatório intercalar e dos dados georreferenciados recolhidos (formato digital), até após 60 dias de execução de contrato, será pago o montante correspondente a 30% do preço contratual;

c) Com a entrega dos dados georreferenciados recolhidos (formato digital), após 120 dias de execução de contrato, será pago o montante correspondente a 30% do preço contratual;

d) Com a entrega do relatório final e dos dados georreferenciados recolhidos (formato digital e original/digitalizados), até 15 de dezembro de 2021, será pago o montante correspondente a 10% do preço contratual.

2. Para efeitos do cálculo das importâncias a pagar, no âmbito desta prestação de serviços, estas incluem todos os encargos de pessoal (vencimentos, subsídios, férias, despesas de alojamento, alimentação, seguros e deslocação de meios humanos, autorizações ou licenças de embarque, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

3. Os pagamentos são efetuados mediante a apresentação da respetiva fatura.

4. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.

5. Os pagamentos são efetuados após a verificação da adequabilidade dos produtos entregues, conforme cláusula 10.ª do presente caderno de encargos. Verificada a respetiva conformidade, o contraente público solicitará a emissão da correspondente fatura.

6. Para além do referido no número anterior, a última fatura deve ser acompanhada do inquérito identificado como 'Anexo I' do presente Caderno de Encargos, devidamente preenchido.

7. Cada fatura deve incluir os seguintes elementos:

i. Número do Contrato;

ii. Número do Compromisso;

iii. Incidência do IVA, em separado;

iv. Emissão em nome de Direção Regional dos Assuntos do Mar;

v. Referência ao projeto: LIFE17 IPE/PT/000010.

8. Nenhum pagamento pode ser efetuado antes do contrato ser publicitado, nos termos do disposto no artigo 127.º do CCP.

9. O contraente público deduz nos pagamentos parciais a efetuar ao cocontratante, caso tal se verifique:

i. As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe forem aplicadas;

ii. Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

10. O contrato não está sujeito a revisão de preços.

11. Não são efetuados pagamentos de prémios ao cocontratante.

12. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 6.ª

Elementos a facultar ao cocontratante

O contraente público facultará ao cocontratante todos os documentos e dados de que disponha, com interesse para a execução dos serviços e facilitará também, sempre que possível, os contatos com as entidades que seja conveniente consultar ou que possuam informações consideradas relevantes para a elaboração dos serviços em referência.

Capítulo III

Obrigações do cocontratante

Cláusula 7.ª

Obrigações do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

a) Formação de observadores de megafauna, a embarcar em embarcações de tráfego local, com vista à segurança do observador embarcado e a uma correta identificação das espécies que ocorrem nos Açores;

b) Recolha de dados de monitorização, por observador(es) formado(s), das diferentes espécies de megafauna, nomeadamente, cetáceos, aves, tartarugas marinhas e de lixo flutuante, seguindo o protocolo de amostragem previamente definido (Anexo II) e seu registo em formato compatível com os Sistemas de Informação Geográfica em uso pelo contraente público (nomeadamente o SIGMAR – Açores);

c) Recolha de material audiovisual (na forma de fotografias e filmes);

d) Envio quinzenal dos dados e material audiovisual recolhidos à Direção Regional dos Assuntos do Mar, em formato a definir pelo contraente público, cujo modelo será fornecido à entidade cocontratante.

Cláusula 8.ª

Prazo de aquisição dos serviços

1. A presente aquisição de serviços deverá ser executada até 15 de dezembro de 2021, a iniciar após a publicação do contrato, ou da data em que o contraente público comunique ao cocontratante através de documento escrito que se inicia o prazo para execução do contrato.

2. O prazo previsto no ponto anterior poderá ser prorrogado por iniciativa do contraente público ou a requerimento do cocontratante, desde que devidamente fundamentado, ou na sequência da ocorrência de uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou por facto alheio à responsabilidade do cocontratante, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97.º do CCP.

3. Na contagem dos prazos previstos na presente cláusula consideram-se incluídos os sábados, domingos e feriados.

Cláusula 9.ª

Equipa de trabalho

A mobilização de todos os meios humanos que integram a equipa técnica, constantes da sua proposta e necessários à prestação dos serviços a cargo do cocontratante é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes colocam todo o seu conhecimento, zelo, competência e dedicação na realização dos serviços que lhe forem cometidos, de modo que sejam executados de acordo com as melhores práticas profissionais.

Cláusula 10.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, o contraente público procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, o cocontratante deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. No caso de a análise do contraente público a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, o contraente público deve informar, por escrito, o cocontratante.

4. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às alterações e complementos necessários, de forma a garantir o cumprimento de exigências legais, características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos descritos nos números anteriores pelo cocontratante, no prazo devido, o contraente público procede a nova análise de acordo com os termos definidos n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 11.ª

Transferência da propriedade

1. Com a entrega dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos mesmos para o contraente público, não sendo devida qualquer contrapartida para além do preço contratual a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

2. Os elementos a desenvolver ao abrigo do contrato serão propriedade do contraente público, que terá todos os direitos de uso desta informação, para análise e apoio à decisão, no âmbito da sua missão ou das tarefas previstas no Projeto LIFE IP AZORES NATURA.

3. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o contraente público compromete-se a divulgar os nomes dos responsáveis pela recolha dos dados, bem como o contexto em que a informação foi produzida (incluindo referências ao projeto, natureza da fonte de financiamento, entidades envolvidas e contrato).

4. Durante a vigência do contrato e durante o período de três anos após a cessação do mesmo, o contraente público compromete-se a não divulgar eventuais dados brutos (não tratados), exceto se em concordância prévia entre as partes.

5. Findo o período a que alude o número anterior, o contraente público poderá disponibilizar ao público toda a informação produzida no âmbito desta contratação, se considerar que daí resulte benefício para o cumprimento da sua missão.

6. Quaisquer questões relacionadas com o uso científico e académico dos resultados obtidos, durante o período de vigência do contrato, serão acordadas entre o contraente público e o cocontratante, podendo ambas as partes considerar a necessidade de celebrar um protocolo com essa finalidade específica.

Cláusula 12.ª

Esclarecimentos de dúvidas

1. As dúvidas que o cocontratante tenha na interpretação dos documentos por que se rege a presente aquisição de serviços, devem ser submetidas ao contraente público antes do início da execução dos serviços a que respeitam.

2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos serviços a que dizem respeito, deve o cocontratante submetê-las de imediato ao contraente público, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 13.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na presente aquisição de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 14.ª

Dever de Sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 16.ª

Proteção dados pessoais

1. O cocontratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designadamente o disposto no artigo 28.º, bem como legislação complementar aplicável.

2. Quando solicitado, o cocontratante obriga-se a apresentar ao contraente público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento as disposições relativas à proteção de dados pessoais.

Capítulo IV

Da execução do contrato

Cláusula 17.ª

Gestor do Contrato

Sem prejuízo da sua obrigatória previsão no contrato, para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e 290.º-A, ambos do CCP, foi designado como gestora do presente contrato Susana Simião, Técnica Superior da Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Cláusula 18.ª

Acompanhamento dos serviços

1. Os serviços a realizar pelo cocontratante são acompanhados pelo gestor do contrato.

2. Em qualquer fase do contrato, o contraente público pode pedir esclarecimentos ou informações adicionais, sugerir alterações, aceitar ou rejeitar as propostas do cocontratante que, neste caso, deve apresentar outras e demonstrar a sua eficácia para alcançar os objetivos preconizados.

3. Para efeitos de acompanhamento, monitorização do progresso do trabalho e salvaguarda da sua adequabilidade, poderá haver lugar a reuniões periódicas entre os representantes do contraente público e o cocontratante, por iniciativa de qualquer das partes.

Cláusula 19.ª

Modificação objetiva do contrato

1. O contraente público pode modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato por razões de interesse público, com os limites previstos no artigo 313.º do CCP.

2. Por acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato, o contrato pode ser modificado:

a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberto pelos riscos próprios do contrato;

b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

c) Desde que a modificação cumpra os limites constantes do artigo 313.º do CCP.

3. Nos casos previstos nos números anteriores, o cocontratante tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato nos termos dos artigos 282.º e 314.º, ambos do CCP.

Capítulo V

Penalidades contratuais e Resolução do contrato

Cláusula 20.ª

Penalidades Contratuais

1. No caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, nomeadamente pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços a prestar, conforme cláusula 5.ª do Caderno de Encargos, por causa imputável ao cocontratante, pode o contraente público exigir, até ao fim da aquisição de serviços ou à resolução do contrato, uma pena pecuniária equivalente a 1‰ do valor do contrato por cada dia de atraso.

2. No caso de haver lugar a alterações da equipa de trabalho, em violação do disposto na Cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, é aplicada multa correspondente a 0,5% do valor do contrato por cada dia em que não estiver a equipa completa e em conformidade com a proposta apresentada, até ao limite de 20% do valor do contrato, altura em que constituí fundamento de resolução da prestação de serviços.

3. O valor cumulativo das penalizações a que se refere o número anterior não pode exceder 20% do valor global do contrato.

4. No caso em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decidir não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o valor cumulativo das penalizações é elevado para 30%.

5. Ao valor da pena pecuniária são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

6. Pela violação das disposições relativas à proteção de dados pessoais tratados pelo contraente público, pode este exigir o valor correspondente à sanção que lhe seja aplicada ou até 20% do valor do contrato quando

seja detetável incumprimento das disposições técnicas e organizativas adequadas à proteção da informação do titular dos dados que sejam legalmente aplicáveis, ainda que não haja sancionamento do contraente público.

7. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer uma das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22.ª

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o contraente público pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável ao cocontratante;

b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização do contraente público;

d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pelo contraente público contrarie o princípio da boa-fé.

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor da caução pelo cocontratante, nos casos em que a tal esteja obrigado;

h) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado, nos termos do artigo 334.º do CCP;

j) Com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do artigo 335.º CCP.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, é o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea *i)* do n.º 1, o cocontratante tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao cocontratante o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 23.ª

Resolução do contrato pelo cocontratante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável ao contraente público;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução é exercido apenas por via judicial.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo VI
Caução e Seguros

Cláusula 24.ª

Caução

Não é exigida a prestação de caução considerando que o preço contratual é inferior a 200.000,00 € (duzentos mil euros), nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do RJCPRAA.

Cláusula 25.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a contratação de todos os contratos de seguro exigíveis pela lei para o exercício do objeto da presente aquisição de serviços.

2. O cocontratante fica obrigado a contratar e a manter válido, um seguro profissional de responsabilidade civil, que garanta o pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais e não patrimoniais em consequência de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício das atividades previstas no objeto do presente Contrato e que sejam causadas a pessoas ou bens de terceiros.

3. Os encargos decorrentes da manutenção do seguro, bem como eventuais franquias, em caso de sinistro indemnizável, são suportadas pelo cocontratante.

4. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo de 5 dias.

Capítulo VII
Resolução de litígios

Cláusula 26.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VIII
Disposições Finais

Cláusula 27.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

2. Quaisquer comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativos ao contrato devem ser efetuadas por escrito.

Cláusula 28.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação, só podem ocorrer nos termos e com os limites dos artigos 317.º e 318.º do CCP.

2. A cessão da posição contratual e a subcontratação no decurso da execução do contrato carecem sempre da autorização do contraente público.

3. Para que exista autorização por parte do contraente público, o cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação, constantes das alíneas a) e b) do n.º 2 e das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 318.º do CCP, incluindo:

a) Contrato celebrado entre o cocontratante e o subcontratado, com as seguintes informações:

i. A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitam para esse efeito;

ii. A descrição do objeto do subcontrato;

iii. O preço;

iv. A forma e o prazo de pagamento do preço;

v. O prazo de execução das prestações objeto do subcontrato;

vi. O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e funcional da equipa de trabalho, exigidos para a prestação de serviços, incluindo a apresentação dos respetivos currículos.

b) Documentos de habilitação contantes do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 81.º do CCP e Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro;

i. Declaração do Anexo III constante do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;

ii. Certificado de registo criminal da empresa e titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa que se encontrem em efetividade de funções, conforme certidão permanente:

iii. Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;

iv. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal;

c) Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente.

Cláusula 29.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, por correio registado, correio eletrónico ou fax.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 30.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos contam-se nos seguintes termos:

a) Na fase da formação do contrato, os prazos são descontínuos, não correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 470.º do CCP;

b) Na execução do contrato, os prazos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, de acordo com o disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 31.ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, doravante «CCP», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 31/2010 de 14 de dezembro e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, retificado pela Declaração n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, pela Declaração n.º 42/2017, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, bem como,

pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, bem como a restante legislação conexa com a presente prestação de serviços.

Anexo I - Avaliação de Impactes Socio-Económicos | Inquérito a Fornecedores;

Anexo II - Protocolo de observadores de megafauna a bordo de embarcações de tráfego local.

ANEXO I
LIFE IP AZORES NATURA | Avaliação de Impactes Socio-Económicos | Inquérito a Fornecedores

Introdução

O presente inquérito destina-se apenas a recolher e tratar informação destinada a apresentação no âmbito dos relatórios de execução do projeto que financiou os serviços que lhe foram adquiridos. A informação recolhida não será objeto de transmissão a quaisquer entidades. O seu tratamento e apresentação nunca será individualizado, mas sim de forma agregada, para o conjunto de fornecedores/fornecimentos que o projeto adquiriu.

Desde já lhe agradecemos a colaboração no sentido de nos responder com a maior coerência face ao seu conhecimento da informação solicitada. Sem prejuízo de tal facto, não é necessário apresentar números exatos, mas estimativas realistas dos valores solicitados.

Descrição da Aquisição de Bens/Serviços

(a preencher pela entidade que lhe adjudicou os serviços)

Sede do Fornecedor (município): _____

Destino do Fornecimento (município): _____

Valor total da adjudicação/contrato (com IVA, €): _____

Emprego

Indique-nos por favor o número aproximado de dias de trabalho (DT) de pessoal que, para satisfazer a adjudicação, teve de alocar.

Pessoal Contratado (Quadro)		**Outros Colaboradores (recibos verdes, …)**	
Categoria	**DT**	**Categoria**	**DT**
Quadros de Gestão		Quadros de Gestão	
Técnicos		Técnicos	
Operários qualificados/especializados		Operários qualificados/especializados	
Outros:		Outros:	
Outros:		Outros:	

De entre os acima referidos, houve necessidade de contratar alguém, adicionalmente à sua equipa regular, para efetuar a prestação de serviços? ___ Sim ____ Não

Em caso afirmativo, indique-nos por favor o número total de dias de trabalho dessa(s) contratações: _____

Aquisição de Bens/Materiais

Para fornecimento dos serviços/bens adjudicados, teve de recorrer à aquisição de bens/materiais? ___ Sim ___ Não

Caso a resposta seja positiva, preencha por favor, no aplicável, a tabela abaixo. Note que se pretende valores aproximados, não necessitam de ser exatos.

Origem do Fornecedor	Valor de Aquisições (€)
Município	
Açores	
Portugal	
Europa Comunitária	
Outra. Qual?	

Aquisição de Serviços / Despesas

Para fornecimento dos serviços/bens adjudicados, teve de recorrer à aquisição de alguns serviços e/ou assegurar algumas despesas (p.e. com deslocações, alimentação, …)? ___ Sim ___ Não

Caso a resposta seja positiva, preencha por favor, no aplicável, a tabela abaixo. Note que se pretende valores aproximados, não necessitam de ser exatos.

Origem/Local das Aquisições de Serviços/Despesas	Valor de Aquisições (€)
Município	
Açores	
Portugal	
Europa Comunitária	
Outra. Qual?	

Desde já agradecemos a sua colaboração. Por favor entregue este inquérito junto à entidade que lhe adjudicou os serviços junto com a última fatura associada aos mesmos.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Protocolo de observadores de megafauna a bordo de embarcações de tráfego local

Projeto LIFE IP Azores Natura (LIFE17 IPE/PT/000010)

Enquadramento e objetivos

O desenvolvimento de um protocolo de observadores de megafauna a bordo de embarcações de tráfego local, surge no âmbito do Projeto LIFE IP Azores Natura para dar resposta às necessidades de monitorização de espécies costeiras e marinhas, contemplada na ação C9 cujo principal objetivo é o de implementar ações de conservação/gestão de mamíferos marinhos, tartarugas e aves marinhas, nomeadamente na avaliação de estimativas de abundância de tartaruga-verde e de métodos de baixo custo para estimativa da abundância e distribuição de cetáceos no mar dos Açores. Os resultados obtidos com a operacionalização deste protocolo contribuirão para a ação A3 que diz respeito ao enriquecimento das bases de dados marinhas WebGIS da Rede Natura 2000, bem como para a ação A4.2 que pretende designar uma nova área Rede Natura offshore e desenvolver legislação específica para as atividades económicas marinhas, concretamente no sector dos transportes. Complementará também as propostas de redefinição das áreas marinhas protegidas existentes (enquadradas na sub-ação C10.3), potenciando a proposta de novos sítios para a proteção da megafauna costeiros e offshore da Rede Natura 2000. Este protocolo permitirá, também, a integração das políticas da Rede Natura com o transporte marítimo, no âmbito da ação C16. E, finalmente, permitirá a monitorização dos habitats das espécies de megafauna e dos problemas de conservação associados, em resposta às obrigações de reporte das várias diretivas (DQEM, DA e DH), complementando a sub-acção D5.2.

Como forma de se desenvolver uma melhor compreensão da abundância e distribuição das espécies alvo, do uso do habitat por parte destes indivíduos, e de possíveis interações com tráfego marítimo, esta ação pretende, no âmbito da Diretiva Habitats, promover uma melhor capacidade de reportar os dados recolhidos implementando e adaptando protocolos de recolha de dados já estabelecidos em outras regiões. A sistematização dos dados recolhidos pelos observadores a bordo de embarcações de tráfego local, em concordância e adicionando às bases de dados de vários projetos já existentes (POPA, MONICET, COSTA, MARCET, MISTIC'SEAS II, INDICIT) irá permitir ter uma melhor compreensão das restrições ecológicas das espécies alvo, bem como aferir sobre possíveis ameaças a que estas espécies poderão estar a ser sujeitas.

Protocolo de amostragem

O protocolo de amostragem segue o padrão de recolha de dados em transectos lineares e ocorre desde o nascer ao pôr do sol. O observador deve encontrar-se numa posição exterior, no ponto mais elevado possível da embarcação, de preferência num local isolado dos restantes passageiros e com o mínimo de contato com a tripulação, para evitar perturbações ao funcionamento das manobras.

A monitorização deve ser feita para a proa da embarcação, com um ângulo de visão de 180°. Esta monitorização deve acontecer, prioritariamente, a olho nu, e o recurso a binóculos deve ser efetuado, apenas para scans ocasionais, confirmação de identificação das espécies e estimativa do número de indivíduos. Os registos recolhidos pelo observador serão efetuados com recurso a um GPS, escritos em suporte papel e os dados inseridos, preferencialmente ao final de cada dia, num ficheiro ou programa fornecido pelo formador. Se possível, exportar diretamente os dados do GPS para o portátil, para não se perder o percurso realizado pela embarcação naquele dia, e fazer um reset ao início do dia seguinte. Desta forma todos os percursos terão informação do tempo e distância percorrida.

O observador recolherá dados ambientais e realizará transectos de observação de cetáceos, tartarugas, aves marinhas e lixo flutuante. Os dados ambientais serão registados no início e fim de cada transecto, cuja duração será variável consoante o grupo-alvo: cetáceos (15min), tartarugas (15min) e aves (10min). Os transectos de monitorização de lixo flutuante terão a duração de 10min. De modo a termos uma representação ao acaso do uso do habitat por parte das espécies, os transectos serão realizados aleatoriamente, e o observador terá conhecimento desse planeamento diário atempadamente, ou irá ele

próprio sortear a ordem dos transectos a realizar naquele dia. Isto significa que em determinada viagem o observador poderá realizar, por exemplo, o transecto dos cetáceos, seguido do das aves, do das tartarugas, e por fim, do lixo flutuante; e na viagem seguinte a ordem poderá ser a mesma, a inversa, ou outra. Dependendo do percurso e do tempo de duração de cada viagem, poderá ser possível realizar apenas um transecto por grupo, realizar os transectos dos quatro grupos ou até realizar dois ou mais replicados.
Quando as condições atmosféricas não permitirem a recolha de informação da forma pré-estabelecida, ou em caso de ocorrência de exercícios de segurança, que impossibilitem o acesso do observador ao ponto de observação, todos os registos de avistamentos de espécies serão considerados fora de esforço. No tempo considerado para cada transecto de um grupo-alvo específico, o observador não deverá registar observações de outros grupos. Poderá, no entanto, registar a posição naquele momento e efetuar o registo fora de esforço. Por exemplo: o observador encontra-se a realizar o transecto de 15 minutos de cetáceos e avista uma tartaruga. Pode marcar a posição desta e após terminar o transecto dos cetáceos, faz o registo desta tartaruga no formulário das tartarugas, como avistamento fora de esforço. Durante o transecto das aves, pela particularidade da forma deste registo em específico, não devem ser registados, nunca, avistamentos de outros grupos alvo (cetáceos, tartarugas ou lixo) a não ser que estejam associados às aves. Raridades devem sempre ser registadas.
O horário de trabalho do observador será de segunda-feira a sábado, com o descanso semanal ao domingo. Às segundas e sextas-feiras irá embarcar na linha Branca; às terças-feiras e sábados irá embarcar na linha Lilás; às quartas e quintas-feiras irá embarcar na linha Verde, enquanto estas linhas decorrerem.

Formulário do esforço de observação
Este formulário pretende registar o esforço de observação. Será preenchido diariamente com a informação relativa ao observador e à embarcação. No início de cada transecto o esforço corresponderá à letra I (início), com informação da hora, posição, rumo da embarcação, velocidade, condições de visibilidade e do estado do mar, cujo preenchimento se encontra explicado no próprio formulário. Quando terminar o transecto, ao fim de 15 min para os cetáceos (C), e para as tartarugas (T), ou de 10 minutos para as aves (A) e para o lixo flutuante (L), recolher-se-ão as mesmas informações anteriores, desta vez com o fim do esforço de observação a corresponder à letra F (fim).
Exemplo:

Esforço	Hora	Latitude	Longitude	Rumo	Velocidade	Visibilidade	Mar	Transecto
I	09:00	38°32,118'N	28°36,362'W	80	12	D	2	C
F	09:15	38°34,068'N	28°29,483'W	80	12	D	2	C

Formulário do avistamento de cetáceos
Quando ocorrer um avistamento de cetáceos, existe um formulário específico para o registo onde se inclui informação sobre a(s) espécie(s) avistada(s) e seu(s) comportamento(s). Além da informação básica sobre a data, hora, posição GPS e se o avistamento ocorreu dentro ou fora do esforço de transecto, existe uma tabela com a informação sobre o rumo do barco, o rumo do avistamento, a distância estimada a que se encontra, como foi detetado, e novamente as condições atmosféricas (visibilidade, mar, glare e percentagem de nuvens) para não se perder esta informação em caso de registo de avistamentos fora de esforço. Existe outra tabela a preencher com os dados relativos à(s) espécie(s) identificada(s), podendo ocorrer mais de uma espécie no mesmo avistamento, caso seja uma interação interespecífica, por exemplo, um grupo de golfinhos-comuns e golfinhos riscados, ou uma baleia-sardinheira com golfinhos-pintados-do-Atlântico. Nesta tabela registam-se as espécies; a composição do grupo com o número estimado de crias, juvenis e adultos, bem como o número total de

indivíduos no grupo; o comportamento geral (alimentação, socialização, etc.); e, sua associação (aves marinhas, atuns, etc.). Os códigos encontram-se discriminados no próprio formulário. Há um espaço para escrever notas sobre as características que permitiram ao observador identificar a espécie, ou em caso de incerteza, descrever o que viu ou eliminar algumas hipóteses. Por fim, existem algumas opções de preenchimento rápido relativas ao comportamento da(s) espécie(s) em relação à embarcação (aproximação, evasão, indiferença), e alguns comportamentos observados (virar a cauda, "breaching", etc.).

Exemplo:

Data	18/3/2021	Latitude	38°31,044' N	Visibilidade	D	Rumo barco	90
Hora	12:25	Longitude	27°54,460' W	Mar	2	Rumo avist.	120
Embarcação	Gilberto Mariano			Glare	1	Distância (m)	C
Observador		Esforço	SIM / NÃO	% nuvens	75	Deteção	1

Espécie	Total	Adultos	Juvenis	Crias	Comportamento	Associação	Fotos (S/N, Código da foto)
BB	1	1			2º	2	N

Características que permitiram a identificação da espécie:	**Reação à embarcação**				
Bufo e corpo do indivíduo presente	Aproximação ao barco	SIM	NÃO	Indiferente	Não identificado
em simultâneo à superfície, barbatana	Nadar à proa/popa	SIM	NÃO	Indiferente	Não identificado
dorsal muito alta, corpo muito escuro, tamanho médio/grande	Afastamento do barco	SIM	NÃO	Indiferente	Não identificado

Formulário do avistamento de tartarugas

Quando ocorrer um avistamento de tartarugas, existe um formulário específico para registar esse avistamento onde se inclui informação sobre a espécie avistada. Além da informação básica sobre a data, hora, e posição GPS, regista-se o rumo do barco, rumo do avistamento, a distância, a espécie, o tamanho estimado, se o registo ocorreu dentro ou fora do esforço de observação, e novamente, das condições atmosféricas para não perder essa informação em caso de registos fora de esforço.

Exemplo:

Data	Hora	Latit	Long	Esforço	Visib	Mar	Glare	% nuvens	Rumo barco	Rumo avist.	Dist.	Espéc	Tam.	Esforço (SIM/NÃO)	Foto
18/3/21	16:45	38°32.195' N	28°02.127'W	S	C	2	0	100	90	45	C	CC	3	Sim	N

Formulário do avistamento de aves

O transecto das aves decorre da seguinte forma: durante 10 min o observador apenas observa todas as aves ao seu redor e faz uma estimativa do número geral de indivíduos seguindo o protocolo de recolha de informação ESAS. Caso não ocorra nenhuma ave naquele período de tempo, o registo será feito indicando "ausência de aves" no formulário. No caso de aves estarem presentes, regista-se informação sobre as espécies avistadas, idade, plumagem, número de indivíduos, distância, direção, se estão em voo ou pousadas na água, associação, comportamento e se foram registadas dentro ou fora do esforço do transecto. Todos os códigos para o preenchimento da tabela estão presentes no formulário. Os parâmetros com menor importância são: idade e plumagem (principalmente nos Procellariformes será quase impossível fazer esta distinção, mas um observador perito em aves poderá registar essa informação para os Charadriformes) e, ainda pouco importante, a direção de voo. No entanto, estes parâmetros estarão no formulário para não se perder essa informação caso o observador consiga responder.

Exemplo:

Data	18/3/2021	Latitude	38°31,044‘ N	Visibilidade	D
Hora	12:25	Longitude	27°54,460‘ W	Mar	2
Embarcação	Gilberto Mariano	Rumo barco		Glare	1
Observador		Esforço	SIM / NÃO	% nuvens	75

Espécie	Idade	Plum	Nº	Dist.	Direc.	Voo	Mar	Assoc.	Comport.	Esforço (Sim/Não)	Notas
365	A		150-200	E	ND			10	33	S	
365	A		100-150	E					60	S	
400	A		25-50	B					60	S	
400	A		25-50	E	ND			10	33	S	
5926	J	M	10	B	ND			26	33	S	
5926	A		40	E	ND			26	33	S	

Formulário do avistamento de lixo marinho flutuante

Com este transecto pretende-se recolher dados sobre a presença e tipo de lixo flutuante no mar dos Açores. Além das condições gerais, semelhantes aos outros formulários, regista-se informação sobre o tipo de lixo, estimativa das suas dimensões e distância a que se encontra do navio. Os códigos de preenchimento encontram-se descritos no próprio formulário.

Exemplo:

Data	Hora	Lat	Long	Esforço (S/N)	Vis	Mar	Glare	% nuvens	Rumo barco	Rumo avist.	Tipo	Tam.	Dist	Aglom. (s/n)	Origem	Foto
18/3/21	18:45	38°32.121‘N	27°08.058‘W	Sim	D	0	2	25	210	10	Material pesca	5	E	sim	mar	N